

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA NA CASA LEGISLATIVA COM A FINALIDADE DE DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na Sala das Sessões, no Plenário Edson Rampini de Souza, às 14 horas, na Câmara Municipal de Sapucaia, sito à Rua Maurício de Abreu, 208 – Centro – Sapucaia – RJ, reuniram-se o Presidente da Comissão de Fiscalização, Finanças Controle e Orçamento do parlamento sapucaense André de Jesus da Silva, e os membros Fabiano de Souza Teixeira e Thiago da Fonseca Wermelinger bem como representantes do Poder Executivo Municipal, o senhor Fernando de Castro Barroso - Secretário Municipal de Fazenda e Paolla Lemgruber - Secretária Municipal de Controle Interno, e os demais Vereadores Adriana Ferreira Ribeiro, Gilmar Bevilacqua da Silveira e Uilson Assis da Silva de forma tempestiva de acordo com os prazos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para a Demonstração e Avaliação dos Cumprimentos das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2025. Em ato contínuo o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos – André de Jesus da Silva declarou aberto os trabalhos para apresentação em Audiência Pública de Relatório da Demonstração e Avaliação dos Cumprimentos das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2025. Ato Contínuo, Paolla Lemgruber prosseguiu com a leitura e apresentação do relatório, que foi entregue aos participantes da Audiência que traz em seu cerne o seguinte texto: **Dos Relatórios Resumidos de Execução orçamentária** - O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), previsto no art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), é composto por um conjunto de demonstrativos fiscais e contábeis e deve ser elaborado e publicado bimestralmente, no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O referido relatório tem por objetivo evidenciar a situação fiscal do ente federativo, especialmente no que se refere à execução orçamentária das receitas e despesas, constituindo importante instrumento de acompanhamento, monitoramento e avaliação do cumprimento das metas fiscais e da execução das ações governamentais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), subsidiando, assim, as atividades de fiscalização e controle interno. **Dos Relatórios de Gestão Fiscal** O Relatório de Gestão Fiscal – RGF é um instrumento imprescindível no acompanhamento das atividades financeiras e de gestão da Administração Pública e está previsto no artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Os Poderes e órgãos definidos na LRF deverão emitir o seu próprio Relatório de Gestão Fiscal, abrangendo todas as informações necessárias à verificação da consecução das metas fiscais e dos limites de que trata a Lei. O relatório deverá conter uma linguagem clara e objetiva, a partir dos preceitos legais que fundamentam e justificam a elaboração do mesmo. A referida Lei, no seu artigo 9º, §4º, determina que no final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição Federal. **Das Preliminares** - Ressaltamos que neste 3º quadrimestre tivemos condições de encerrar e receber todos os balancetes de verificação de todas as Unidades Gestoras desta municipalidade em tempo hábil para análise e elaboração dos relatórios fiscais que



compõem a presente Prestação de Contas. Desta forma foi possível cumprir o prazo determinado no art.9º§ 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que preza que as audiências públicas referentes ao 3º quadrimestre sejam apresentadas na referida Casa Legislativa dentro do mês de fevereiro do exercício subsequente a que se refere, sendo assim, passaremos a demonstrar neste momento o cumprimento das metas fiscais referente ao 3º quadrimestre de 2025 do Município de Sapucaia. **Anexo 3 do RREO** – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida: A Receita Corrente Líquida apurada até o 3º Quadrimestre de 2025 alcançou um valor de R\$ 164.039.088,95 (cento e sessenta e quatro milhões, trinta e nove mil, oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos), a qual compreende o período de jan/2025 a dezembro/2025 isto é, os últimos 12 (doze) meses. Esta arrecadação resta evidenciada no Anexo 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, do RREO, referente ao 6º bimestre de 2025. **Anexo 6 do RREO** – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal: O Anexo 6 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do 6º bimestre de 2025, demonstra que obtivemos no período de Jan/25 a Dez/25, uma receita primária total, incluindo as fontes RPPS, no valor total de R\$ 191.574.812,57 (cento e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, oitocentos e doze reais e cinquenta e sete centavos), enquanto a despesa primária paga total, incluindo as fontes RPPS, alcançou o montante de R\$ 164.723.321,36 (cento e sessenta e quatro milhões, setecentos e vinte e três mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos). O total da despesa primária compreende os seguintes valores: * O valor empenhado e pago até o 3º quadrimestre de 2025 na ordem de R\$ 160.917.505,02 (cento e sessenta milhões, novecentos e dezessete mil, quinhentos e cinco reais e dois centavos).* O total de RP Processado Pago na ordem de R\$ 543.484,99 (quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos); *O total de RP Não Processado Pago na ordem de R\$ 3.262.331,35 (três milhões, duzentos e sessenta e dois mil trezentos e trinta e um reais e trinta e cinco centavos).

Dessa forma verifica-se um Resultado Primário positivo, onde ocorreram mais ingressos do que as despesas pagas dentro do período, na ordem de R\$ 26.851.491,21 (vinte e seis milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e um centavos), conforme pode ser observado no próprio Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal.. **Anexo 8 do RREO** – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE: No que tange à aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme evidenciado no Anexo 8 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE, do RREO, referente ao 6º bimestre de 2025, o total de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino demonstra um valor de R\$ 10.715.890,81 (dez milhões, setecentos e quinze mil, oitocentos e noventa reais e oitenta e um centavos) que compreende as despesas pagas com recursos resultantes de impostos e transferências de impostos. Após apurada esta base de cálculo, a lei determina que deve ser acrescido o total das receitas transferidas para o Fundeb que foi na ordem de R\$ 16.475.465,60 (dezesseis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos) que, em outras palavras, significa toda a retenção de 20% das receitas de transferências do Estado que ocorreram no exercício de 2025 para a formação do Fundeb. Sendo assim, a base de cálculo da aplicação de recursos do MDE para cumprimento dos 25% determinados na CF/88, foi de R\$ 27.191.356,31 (vinte e sete milhões, cento e noventa e um mil, trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e um

centavos), e corresponde a 26,73% da receita de impostos e transferências de impostos recebida no período, ou seja, respeitando o limite mínimo estabelecido pela Constituição Federal em seu art.212. A aplicação dos recursos do Superávit do Fundeb apurado no exercício de 2024, cuja aplicação ocorreu em 2025, foi na ordem de R\$ 373.267,47 (trezentos e setenta e três mil, duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos). Destaca-se que a Receita realizada até o 3º Quadrimestre de 2025, resultante de Impostos e Transferência de Impostos, foi de R\$ 101.688.320,77 (cento e um milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e vinte reais e setenta e sete centavos). O Caput do artigo 212 da CF/88 determina que no mínimo 25% destas receitas sejam aplicadas em MDE, o que gera um total a ser aplicado na ordem de R\$ 25.422.080,19 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, oitenta reais e dezenove centavos). Contendo todo restante do relatório anexado na presente Ata.

Ao fim da leitura promovida, Paolla Lemgruber franqueou a palavra aos Vereadores, para dirimir dúvidas. Fazendo uso da palavra, o Presidente da Comissão de Fiscalização, Finanças, Controle e Orçamento, Vereador André de Jesus Silva, questionou acerca dos avanços ou eventuais retrocessos registrados desde o último quadrimestre nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança pública, bem como sobre o planejamento previsto para esses setores. Em resposta, o Secretário de Fazenda, Fernando Barroso, destacou que, na mesma semana, foi realizada Audiência Pública com a Secretaria de Saúde, ocasião em que foram apresentados o planejamento e as ações já executadas na área. No campo da educação, mencionou o início do regime de período integral na Escola Municipal Maria de Lourdes Salomão, a reforma da Escola Municipal Dolores Ferreira de Oliveira, a aquisição de um caminhão baú destinado ao transporte de alimentos e o chamamento de diversos profissionais para compor o quadro da Secretaria de Educação. Segundo o Secretário, tais iniciativas evidenciam o comprometimento do Poder Executivo Municipal com a melhoria dos serviços prestados. Na área da saúde, informou a aquisição de um terreno no bairro São João, onde será construída uma Unidade Básica de Saúde. Acrescentou, ainda, que o município foi contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Saúde), do Governo Federal, com uma Unidade Odontológica Móvel, uma Unidade Básica de Saúde com seus respectivos equipamentos e a implantação do programa de telemedicina. Quanto à infraestrutura, destacou a inauguração da praça em Santo Antônio da Vista Alegre, a contratação de empresa especializada em elaboração de projetos — medida que permitirá maior celeridade na execução de obras de maior porte — e a construção de 50 casas da Classe 1. Por fim, no que se refere à segurança pública, o Secretário noticiou o chamamento de candidatos aprovados no concurso público vigente e a aquisição de novas viaturas para a Guarda Municipal.

Continuando, o Presidente André de Jesus perguntou sobre a possibilidade de chamar mais candidatos para a Guarda Municipal. Em diálogo, o Secretário Fernando Barroso afirmou não ser da sua alçada esse assunto. Retomando, o Presidente André de Jesus questionou sobre investimentos estruturais na área da educação assim como a valorização do magistério. Em resposta, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso afirmou que o município paga o acima do piso salarial nacional para os professores DOC-II e que até o final do ano os professores DOC-I também passarão a receber dentro do piso nacional da categoria. Adicionou também que está sendo realizada a climatização de todas as escolas da rede municipal. Além disso, informou que na Escola Municipal Maria

de Lourdes Salomão está sendo gerada energia fotovoltaica suficiente para atender a própria escola e outras duas unidades da rede. Em seguida, o Presidente André de Jesus questionou qual foi o valor investido para essa geração de energia fotovoltaica ao passo que foi informado pelo Secretário de Fazenda que foi empregado um valor em torno de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Continuando, o Presidente André de Jesus questionou sobre possíveis impedimentos para investimentos em infraestrutura que visem a prevenção de danos causados pela chuva. Respondendo, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso afirmou que o Poder Executivo está realizando investimentos na busca de mitigar os efeitos da chuva. Apontou que há um grande trabalho sendo realizado nas estradas vicinais para garantir o trânsito pela zona rural na época das chuvas.

Dando prosseguimento, o Vereador Fabiano Teixeira comentou que as emendas impositivas, aprovadas por esta Casa Legislativa, precisam ser executar sugeriu que se faça uma reunião de planejamento para organizar a realização dessas proposições. Em diálogo, o Secretário Fernando Barroso argumentou que como, no mínimo, 50% das emendas devem ser destinadas para a área da saúde, a Secretária da pasta poderia estar envolvida nesta discussão. Adicionou que pede as secretarias que informe a Secretaria de Fazenda quando são executadas as emendas e dessa forma, consegue ser feito um acompanhamento dessas realizações. Continuando, o Vereador Fabiano Teixeira questionou se há alguma previsão para o início das obras de recuperação da Rua Elias Barson Fahur, danificada pela última enchente ocorrida no município. Respondendo, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso, informou que há a possibilidade de ser realizada uma obra de maior porte visando melhor captação das águas pluviais e que por isso, possivelmente, as obras de recuperação da rua ainda não tenham sido iniciadas.

Seguindo, o vereador Thiago Wermelinger destacou seu descontentamento com a pavimentação asfáltica realizada no distrito de Anta, argumentando que da forma como foi feita, a obra aumentou o risco de enchentes, elevou a sensação térmica do local e descaracterizou visualmente o distrito. Complementou afirmando que é necessário melhorar o trabalho desenvolvido pela usina de asfalto municipal, buscando um trabalho de técnico especializado que evite desperdícios e ofereça um serviço de excelência. Dialogando, o Secretário de Fazenda elucidou que a usina municipal fabrica asfalto frio que tem uma durabilidade menor e um tempo de cura maior e, dessa forma, por conta do trânsito das estradas vicinais, esta aplicação não é feita da melhor forma. Continuando, o Vereador Thiago Wermelinger questionou se há algum planejamento de conceder aumento no valor depositado no APP Sapucaia. Em resposta, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso informou que não há nenhum planejamento nesse sentido, mas que levará essa sugestão para o Poder Executivo. Em continuação, o Vereador Thiago Wermelinger mencionou o índice do reajuste salarial dos servidores públicos municipais comparando-o com os de municípios vizinhos. Em diálogo, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso argumentou que em comparação a municípios de tamanho parecido ao de Sapucaia, foram dados reajustes inferiores em relação a esta municipalidade. Ao mesmo tempo, esclareceu que a política de valorização e recomposição do salário mínimo não pode ser confundida com a política de aumento para quem não ganha o piso nacional. Adicionou que o índice de 6% concedido aos servidores sapucaenses foi determinado observando o índice de 5,4% dado ao magistério pelo governo federal e para dar continuidade ao processo de recuperação salarial dos servidores municipais. Destacou que dentro desta política foi concedido aos servidores um aumento acumulado de 57,02%

nos últimos 4 anos com exceção dos professores DOC-I que receberam um aumento de 87,27% acumulado no mesmo período. Enfatizou o compromisso do Poder Executivo com a valorização do funcionalismo público. Prosseguindo, o Vereador Thiago Wermelinger perguntou qual foi a base para o reajuste na Contribuição do para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. Respondendo, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso esclareceu que a COSIP não é direcionada para a concessionária de energia uma vez que esta é uma contribuição para que o poder público municipal possa realizar o custeio e a manutenção da iluminação pública. Destacou que o cliente que consome até 100 kW não contribui com a COSIP e ressaltou que o aumento mensal para o grupo residencial será de R\$ 0,43 (quarenta e três centavos). Retomando, o Vereador Thiago Wermelinger questionou como está o andamento do projeto da creche que irá ser construída no distrito de Vila do Pião. Em resposta, o Secretário Fernando Barroso afirmou que o projeto já está pronto e que a obra está na fase de sondagem e topografia. O Vereador Thiago Wermelinger questionou também sobre o projeto da praça localizada no distrito de Aparecida no que foi respondido pelo secretário que ainda será elaborado o referido projeto.

Dando prosseguimento, a Vereadora Adriana Ribeiro afirmou que destinou emendas impositivas para a reforma do Posto de Saúde da Família localizado na comunidade do Quilombo assim como para a reforma da capela mortuária do cemitério do distrito de Anta. Solicitou que fosse levado ao Poder Executivo um pedido de celeridade para o início dessas obras. Em resposta, o Secretário Fernando Barroso ponderou que não tem competência para afirmar quando se dará o início dessas obras mas declarou que estes são temas que são tratados pelo Poder Executivo e serão colocados em prática. Em seguida, a Vereadora Adriana Ribeiro perguntou se há alguma previsão para o reajuste das diárias concedidas aos servidores que viajam a serviço do município. O Secretário Fernando Barroso respondeu que está realizando estudos que podem viabilizar este aumento. Prosseguindo, a Vereadora Adriana Ribeiro solicitou que o Poder Executivo conclua a obra de instalação do telhado da academia da saúde localizada na comunidade do Quilombo no distrito de Anta e instou que o Poder Executivo cumpra a lei que estabelece segurança nas escolas da rede municipal.

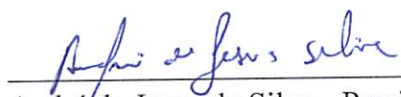
Continuando, a Vereadora Gilmar Beviláqua questionou a respeito da defasagem salarial dos servidores públicos municipais. Em resposta, o Secretário de Fazenda, Fernando Barroso, afirmou que, nos últimos anos, foi realizada uma significativa recomposição salarial para os servidores. Na sequência, a Vereadora perguntou se há previsão de alteração na tabela do Plano de Cargos e Salários (PCS), com o objetivo de corrigir vencimentos que atualmente se encontram abaixo do salário mínimo nacional. Em resposta, o Secretário Fernando Barroso explicou que essa alteração não é simples, pois poderia gerar um efeito cascata, ocasionando possíveis distorções em razão da progressão das carreiras. Diante disso, a Vereadora Gilmar Beviláqua questionou qual seria, então, a alternativa para solucionar a questão. O Secretário Fernando Barroso respondeu que, em sua opinião, o problema somente poderia ser resolvido por meio de uma revisão do Plano de Cargos e Salários (PCS). Complementando a resposta, a Secretária de Controle Interno, Paolla Lemgruber, destacou que essa revisão deverá ser realizada mediante estudo individualizado de cada caso de servidores que recebem abaixo do salário mínimo nacional, a fim de evitar distorções na tabela do PCS.

Dando continuidade, o Vereador Uilson Assis questionou qual tem sido o nível de empenho da administração para solucionar a questão debatida. Em resposta, o Secretário de Fazenda, Fernando Barroso, afirmou que não falta empenho por parte do Executivo, ressaltando que a solução do problema exige responsabilidade e a realização de todos os estudos técnicos necessários. Na sequência, a Secretária de Controle Interno, Paolla Lemgruber, informou que, de acordo com entendimento consolidado em súmula do Supremo Tribunal Federal, o servidor público não pode receber remuneração bruta inferior ao salário mínimo nacional. Dessa forma, destacou que o município de Sapucaia não está cometendo qualquer ilegalidade. Por fim, reforçou que não falta vontade para resolver a questão, porém ressaltou que, do ponto de vista técnico, não se trata de um problema de fácil solução.

Prosseguindo, a Vereadora Gilmara Bevilácqua questionou a saúde financeira do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Sapucaia (IAPSS). Em resposta, o Secretário Fernando Barroso informou que o Instituto possui R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) aplicados no mercado financeiro e que a recomendação da Secretaria de Fazenda é que esses investimentos sejam realizados de forma conservadora. Acrescentou ainda que, de acordo com cálculo atuarial, o montante ideal aplicado deveria ser de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Concluiu afirmando que a reserva financeira do IAPSS atualmente é suficiente para cobrir cerca de 15 folhas de pagamento. Diante disso, a Vereadora Gilmara Bevilácqua perguntou qual seria o plano de contingência para enfrentar essa situação. Em resposta, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso informou que está em andamento um processo licitatório para a contratação de uma empresa responsável pela elaboração de um estudo atuarial e de segregação de massa. O objetivo é estruturar um grupo de ativos e contribuições patronais capaz de custear um determinado grupo de aposentados e pensionistas, tornando as contas do Instituto superavitárias, enquanto outro grupo de inativos e pensionistas seria absorvido pelo Tesouro Municipal. Como consequência dessa medida, o percentual do limite prudencial deverá subir para aproximadamente 50% da receita. Dando continuidade, a Vereadora Gilmara Bevilácqua questionou sobre a conclusão da obra do telhado da arquibancada do campo do distrito de Anta. Em resposta, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso informou que, por não se tratar de assunto de sua pasta, não poderia oferecer uma resposta precisa sobre o tema. Na sequência, a Vereadora Gilmara Bevilácqua perguntou se existe projeto para a reforma da Capela Mortuária do distrito de Anta, ao que o Secretário de Fazenda respondeu positivamente. Prosseguindo, a Vereadora questionou se há algum planejamento para a ampliação do cemitério do distrito de Anta. Em resposta, o Secretário Fernando Barroso informou que já existem conversas em andamento para viabilizar essa ampliação. Dando continuidade, a Vereadora indagou sobre a realização de obras nas praças Vitorino José de Souza e Ieda Reis. O Secretário de Fazenda respondeu que não tem conhecimento de planejamento para intervenções na Praça Ieda Reis; por outro lado, afirmou que está sendo programada a reforma da Praça Vitorino José de Souza. Por fim, a Vereadora Gilmara Bevilácqua perguntou se há alguma emenda parlamentar destinada à reforma das estações ferroviárias localizadas nos distritos de Anta e Sapucaia. Em resposta, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso afirmou que existem diversas conversas em andamento tratando da destinação de emendas para essa finalidade.

Dando continuidade, o Vereador Uilson Assis questionou se já existe alguma providência sendo tomada para a execução das emendas parlamentares impositivas. Em resposta, o Secretário Fernando Barroso informou que o Poder Executivo encaminhou as demandas ao escritório de projetos contratado, que ficará responsável pela elaboração dos projetos técnicos. Após a conclusão desses projetos, será possível dar prosseguimento à execução das obras. Em seguida, o Vereador Uilson Assis perguntou qual seria a melhor forma de solucionar o impasse das emendas impositivas dentro do orçamento municipal. Respondendo, o Secretário Fernando Barroso sugeriu que as emendas sejam encaminhadas ao Poder Executivo antes da apresentação do orçamento anual, de modo a facilitar sua inclusão no planejamento financeiro do município. Prosseguindo, o Vereador Uilson Assis questionou sobre a origem do aumento da arrecadação municipal. Em resposta, o Secretário de Fazenda Fernando Barroso informou que houve avanços nas transferências constitucionais recebidas pelo município. Na sequência, o Vereador perguntou se existem iniciativas voltadas ao crescimento da arrecadação própria do município. O Secretário respondeu que há um empreendimento em andamento que deverá gerar aumento de receita para o município, embora ainda não seja possível precisar o percentual desse incremento em razão da reforma tributária que está em processo de implementação. Dando continuidade, o Vereador Uilson Assis indagou se existe um plano de contingência para garantir o equilíbrio fiscal do município em caso de eventual redução das transferências constitucionais. Em resposta, o Secretário Fernando Barroso confirmou que há planos elaborados para essa situação, mas afirmou não acreditar que será necessário implementá-los. Em seguida, o Vereador perguntou se foram apresentados índices maiores de reajuste para os servidores municipais. O Secretário informou que as demais propostas de reajuste analisadas apresentavam índices inferiores ao percentual de 6% que foi aprovado. Prosseguindo, o Vereador Uilson Assis questionou sobre a possibilidade de conceder mais 1% de reajuste aos servidores municipais. O Secretário respondeu que isso não seria possível, pois, após a realização da segregação de massa no IAPSS, o índice da folha salarial deverá se aproximar do limite prudencial estabelecido pela legislação fiscal. Por fim, o Vereador perguntou sobre a complementação que o município realiza aos repasses do FUNDEB para custear a folha de pagamento do magistério. Em resposta, o Secretário Fernando Barroso explicou que, em alguns meses, os recursos do FUNDEB não são suficientes para cobrir integralmente a folha, porém essa situação é compensada em meses posteriores, quando há maior disponibilidade de recursos.

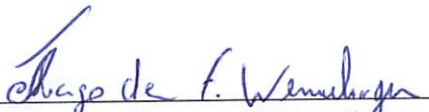
Não havendo manifestação de mais nada a ser tratado no momento, a Audiência Pública foi suspensa para que ocorresse a lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida e aprovada seguindo então para assinatura dos membros da Comissão de Finanças, Fiscalização, Controle e Orçamento e representantes do Executivo Municipal conforme segue.



André de Jesus da Silva - Presidente (UNIÃO BRASIL)



Fabiano de Souza Teixeira – (PP)



Thiago da Fonseca Wermelinger – (MDB)



Paolla Lemgruber – Secretária de Controle Interno



Fernando de Castro Barroso - Secretário Municipal de Fazenda

